



**UnB**

**CEAM**

Centro de Estudos  
Avançados Multidisciplinares

**Universidade de Brasília**  
**Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares**  
**Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade**

Orientadora Professora Dr<sup>a</sup> Tatiana Lionço

**ARTICULAÇÕES ENTRE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE DISCURSO:  
REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E CONTROLE DA AGENDA DE EDUCAÇÃO  
PARA A DIVERSIDADE**

**CAROLINA GONÇALVES GONZALEZ**

Brasília

2020



**UnB | CEAM**

Centro de Estudos  
Avançados Multidisciplinares

**CAROLINA GONÇALVES GONZALEZ**

**ARTICULAÇÕES ENTRE ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE DISCURSO:  
REPRESENTAÇÕES MIDIÁTICAS E CONTROLE DA AGENDA DE EDUCAÇÃO  
PARA A DIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso Submetido ao Centro de estudos  
Avançados Multidisciplinares para a obtenção do Grau de Especialista  
em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Lionço

Brasília

2020



## RESUMO

No presente artigo, serão articuladas temáticas afetas à Educação em/para Direitos Humanos, Juventude, Infância, Diversidade e Políticas Públicas para as áreas, focalizando, especialmente, as representações midiáticas sobre a presença dos temas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, serão apresentados os conceitos de Políticas Públicas e Políticas Sociais, as etapas de formulação de agenda e avaliação, um esforço teórico por uma síntese de proposta metodológica de Análise de Políticas Públicas Discursivamente Orientada com a finalidade de analisar o controle da agenda de políticas públicas curriculares que versem sobre gênero, sexualidade e diversidade pela mídia. Para tanto, foram selecionadas quatro manchetes de jornais de mídia hegemônica eletrônica que trazem o sintagma preposicionado “ideologia de gênero” de maneira naturalizada discursivamente, evidenciando, entre outras coisas, uma adesão da mídia hegemônica a discursos neo-conservadores e circunstancializadores de políticas educacionais para infâncias e juventudes.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Análise de Mídia; Análise de Discurso Crítica; Infância e Juventude; Diversidade de gênero e sexual.

## ABSTRACT

In this article, topics related to Education in/for Human Rights, Youth, Childhood, Diversity and Public Policy will be articulated, focusing on the media representations of the discussions concerning Common National Curriculum Base (BNCC) in Brazil. To this end, the concepts of Public Policies and Social Policies will be present, as well as the stages of agenda formulation and evaluation. A theoretical effort has been made for a methodological synthesis of Discursively Oriented Public Policy Analysis with the purpose of analyzing the control of the policy agenda regarding curricular policies dealing with gender, sexuality, and diversity by the media. To this end, four headlines of electronic hegemonic newspapers were selected. They bring the prepositional syntagma “gender ideology” in a discursively naturalized way, evidencing, among other things, a hegemonic media adherence to neo-conservative discourses on educational policy that circumstantialize childhoods and youths.

Keywords: Public Policies; Media Analysis; Critical Discourse Analysis; Childhood and Youth; Gender and sexual diversity.



## Sumário

1. Apresentação do problema de pesquisa	5
2. Articulando Análise de Políticas Públicas e de Discurso Crítica	8
3. Gênero e sexualidade no discurso pedagógico	15
4. Gênero textual notícia e a naturalização da “Ideologia de Gênero”	19
5. Mídia e Política Pública Educacional: Análise Discursivo e Crítica	24
6. Considerações provisórias e sugestões de novas empreitadas de pesquisa	30
Referências Bibliográficas	31



## 1. Apresentação do problema de pesquisa

No presente artigo, articularei temáticas afetas à Educação em/para Direitos Humanos, Juventude, Infância e Diversidade e Políticas Públicas para as áreas, focalizando, especialmente, as representações midiáticas sobre a presença dos temas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em Gonzalez (2017) analisei Políticas Públicas implementadas pelo Estado brasileiro em dois documentos que orientam práticas pedagógicas no Brasil: os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's, (BRASIL, 1998), para uma análise da conjuntura nacional/federal de leis que versam sobre questões de gênero e sexualidade; e o Currículo em Movimento da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF, 2016), para análise da conjuntura local.

As análises apontaram para uma incrível consciência linguística crítica (FAIRCLOUH, 2003; CHOULIARIKI & FAIRCLOUGH, 1999) por parte de pessoas envolvidas nos processos de formação docente. Apontaram também, na contramão, que Políticas Públicas educacionais são ainda fortemente ancoradas em representações médico-higienizante-biologizante, uma potente contradição discursiva. Quando entramos no nível da implementação dessas políticas (SECHI, 2010), percebemos que há voluntarismo e, em muitos casos, excesso de discricionariedade, por vezes fundamentada em critérios religiosos e dogmáticos.

Observando a conjuntura de leis e Políticas Públicas para educação em Gênero e Sexualidades, verificamos movimentos de controle social e adesão a discursos neoconservadores sobre o tema. Para exemplificar, tivemos em 15 de dezembro de 2010, o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (nº 8.035/10) enviado ao Congresso pelo governo federal que incluía a meta de promover “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Nos dois primeiros anos em tramitação na Câmara, o PNE sofreu mais de 3 mil emendas. O texto-base foi aprovado, enfim, em 28 de maio de 2014 e seguiu para a sanção da presidenta Dilma Rousseff, que o sancionou sem vetos.



No texto final do Plano Nacional de Educação (PNE), que define diretrizes e metas para a educação até 2020, foi retirada a menção às questões de gênero e orientação sexual. A supressão é efeito da pressão de setores religiosos e conservadores que, incomodados com práticas pluralistas que contradizem seus valores morais, têm dificultado, no âmbito da educação, o desenvolvimento de políticas em nome dos direitos das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como qualquer medida no marco dos direitos humanos.

As metas do PNE (2014-2024) foram amplamente debatidas por diversas entidades, discutidas no CONAE (Conselho Nacional de Educação) 2010 e aprimoradas no Congresso Nacional, principalmente em 2011, quando foi elaborado um documento que deveria servir de apoio à formação de docentes das escolas públicas brasileiras, o Caderno pedagógico do “Projeto Escola Sem Homofobia”. O Caderno seria financiado pelo Ministério da Educação e implementado por organizações da sociedade civil com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC). Tinha como meta “contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT”<sup>1</sup>.

A iniciativa foi vetada devido à pressão de correntes políticas conservadoras que julgavam o material como “promíscuo e incentivador da homossexualidade”, sendo comumente referido à época, na mídia e nos espaços políticos, como “Kit Gay”<sup>2</sup>, o que, posteriormente, serviria de justificativa também para o veto da Meta 21 do PNE, que abarcava questões sobre raça, sexo, gênero e etnia (GONZALEZ, 2017; NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

Ainda mais recente foi a polêmica em torno da retirada do termo “gênero” dos Planos Municipais e Distrital de Educação. Seguindo a tendência lançada pelo PNE, ocorreu a

---

<sup>1</sup> 2011. Caderno Escola sem Homofobia, p.9 . Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuOd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggyfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

<sup>2</sup> Para mais, leia a matéria “Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011”, da revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.



aprovação do Plano Distrital de Educação (e de Planos Municipais ao redor do país) com retirada de menções às temáticas de diversidade. No caso do DF, há apenas menções “periféricas” a questões de gênero e sexualidade, escondidas sob o rótulo de “respeito às diferenças”.

Especificamente sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trata-se de um documento que teria por objetivo organizar todo o conteúdo comum que deverá ser ensinado em território nacional, alterando, pois, o ensino básico no Brasil. A proposta é que cerca de 60% do conteúdo abordado em sala de aula deverá ser sugerido pela base curricular publicada pelo MEC, sendo responsabilidade dos Estados e Municípios organizarem os outros 40%, na figura das Redes Públicas de Educação.

De acordo com Nascimento e Chiaradia (2017), a trajetória das discussões sobre a prevalência de temáticas afetas a gênero e sexualidade na BNCC intercorre a discussão dos PNE's o que traz, como consequência, a perda do caráter educativo da inclusão de temáticas especialmente relativas à violência, ficando fácil retirar tópicos de orientação sexual, pois foi consensuado em espaços de tomada de decisão política que o tema não faria parte do escopo escolar (NASCIMENTO E CHIARADIA, 2017, p. 108).

Obviamente há uma série de interesses políticos, sociais, de grupos conservadores e progressistas em jogo. A mídia vem noticiando rotineiramente matérias relativas à retirada de menções na BNCC de temáticas relativas às questões de gênero, sexualidade e diversidade. Sabe-se que houve um apagamento, na revisão da terceira versão do documento, à menção ao “respeito à identidade de gênero” e “orientação sexual” em ao menos 10 trechos do texto. Já na introdução, o texto elencava 10 competências gerais da base que indicavam que as escolas deveriam valorizar a diversidade, “sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa”, o que foi alterado para “preconceito de qualquer natureza”.

Em Gonzalez (2017, pp. 112-147) analiso, em especial nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os prejuízos que uma generalização e um apagamento de sujeitos e processos como esse podem acarretar para a sensibilização e destaque do tema, sendo essas alterações fortemente ideológicas e prejudiciais para as lutas por Direitos Humanos, desde



a perspectiva da Análise de Discurso. O que está sendo feito na Base Nacional é um retrocesso ainda maior que os PCN's já representam.

Em um país que vive um momento tão conturbado, em que política, moral e costumes estão sendo fortemente questionados e repensados, é fundamental nos posicionarmos como pesquisadoras críticas a fim de repensarmos instituições sociais tão fundamentais como a escola. Com este artigo pretendo verificar, à luz da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUH, 1989, 2001, 2003, 2012, 2016 ; CHOULIARIKI & FAIRCLOUGH, 1999) e da interface com a Análise e Avaliação de Políticas Públicas (SOUSA, 2006; PEREIRA, 2009; SECCHI, 2010) quais os discursos presentes na formulação e aplicação da Base Nacional Comum Curricular e os impactos destes discursos e identificações em práticas pedagógicas orientadas por respeito aos Direitos Humanos e diversidades.

Para tanto, apresentarei uma revisão e análise crítica da representação que a mídia produz sobre as disputas na construção e elaboração de políticas que versem sobre questões de identidade de gênero e escola, em especial referentes à elaboração e implantação da BNCC, visando a verificar quais campos discursivos são acionados nas representações das temáticas. A ideia central é perceber o impacto das representações midiáticas em uma representação naturalizada da influência de discursos religiosos e conservadores na tomada de decisão política.

Este trabalho dialoga com trabalhos publicados anteriormente que analisam políticas públicas e educação no Brasil, a saber: Gonzalez (2013; 2015; 2017); Domingos (2016 e dissertação no prelo); Lima e Hypolito (2019); Vianna e Unbehaum (2004); Silva e Lionço (2019) e Nascimento e Chiaradia (2017). Não pretende encerrar as discussões sobre o assunto, mas fortalecer uma rede de debates e ampliação do tema desde um olhar científico, crítico e transdisciplinar, de forma a colaborar e fortalecer redes que discutem a pedagogia e saberes escolares desde uma visão ancorada em princípios de direitos humanos e respeito às diversidades, infâncias, juventudes e liberdade de cátedra.

## **2. Articulando Análise de Políticas Públicas e de Discurso Crítica**

### **2.1 Compreendendo o que são Políticas Públicas e Políticas Sociais**





De acordo com Pereira (2009), não é fácil delimitar o que é uma Política Pública, conceito polissêmico e discutido por diversas correntes teóricas e autoras(es). Para entender a Política Pública, é necessário compreender a Política Social, conceito contido na primeira.

A Política Social ultrapassa a escolha e a tomada de decisões, implicando em uma ação política dirigida eticamente. Isso quer dizer, em linhas gerais, que políticas sociais têm como foco primordial a mudança social e um endereçamento ético para problemas sociais como objeto de intervenção. A autora (PEREIRA, 2009, p. 172) utiliza a pobreza como exemplo, que para além de ser um objeto de estudo, em termos de política social, se configura como objeto de intervenção. Enquanto tal, possui consecução de políticas, organização (muito através de amparo legal), pessoas capacitadas a atuarem em prol de sua consecução, e, como fim último e primordial, produção de bem-estar para pessoas beneficiárias dela.

A Política Pública funciona como controle democrático e expressa a conversão de demandas e decisões provadas e estatais em decisões e ações públicas que afetam e comprometem a todos (as) (PEREIRA, 2009, p.174), não possuindo, no entanto, a filiação crítica e a agenda pela mudança social obrigatórias e imperiosas nas Políticas Sociais.

Para Sousa (2006), não há somente uma ou melhor definição para o que sejam Políticas Públicas. A autora articula uma polifonia de outras referências, para assim perorar (SOUZA, 1006, p. 24):

Para Mead (1995), trata-se de um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) define políticas públicas como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Outro conceito é de Peters (1986), que considera a política pública como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.(...) A definição mais conhecida é a de Laswell (1936/1958), para quem política pública implica responder as seguintes questões: quem ganha o quê, por quê, e que diferença faz.

A autora concorda com Pereira (2009) ao afirmar se tratar de um conceito polissêmico. O que é importante destacar é que tanto Estado como atreizes (ores) sociais são responsáveis pelas ações e decisões implicadas nas Políticas Públicas. Além disso, há fluxos importantes que compõem as etapas envolvidas na formulação e aplicação das PP's.



Souza (2006) apresenta, com base em outros autores, aspectos relevantes e um fluxo de etapas para que as Políticas Públicas se caracterizem como tal. De acordo com a autora, é necessário: distinguir entre o que o governo planeja e o que, na realidade, faz; compreender o envolvimento de vários atores sociais e diferentes níveis de decisão, apesar de elaboração ficar a cargo do governo; compreender que a PP é abrangente e não se limita a leis e regras; compreender que se trata de uma ação intencional com objetivos delineados; que pode, por fim, gerar impactos de curto e longo prazo e envolver processos, sendo necessário planejar, implementar, acompanhar e avaliar. Essas etapas são apresentadas por Souza (2006) e rearticuladas por Secchi (2010), que as formaliza em sete etapas, a saber:

1. *é a identificação do problema* que consiste em verificar o distanciamento do estado atual para o estado ideal, ou o ser e dever ser. Três questões são importantes para a identificação do problema: a percepção do problema na prática; a delimitação do problema; e avaliação de possibilidade de resolução.
2. *formação da agenda* definida como “o conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (SECCHI, 2010, p.36). O autor propõe uma interessante distinção entre a agenda política da agenda formal e da agenda da mídia. Mas, mesmo que conceitualmente elas difiram, na prática uma interfere na formação da outra, conforme pretendo apresentar nas análises deste artigo.
3. *formulação de alternativas*, através do estabelecimento de métodos, programas, estratégias e ações para resolver o problema.
4. *tomada de decisão*, momento no qual interesses, ações e métodos são explicitados. Nessa fase podem emergir obstáculos e falhas que acometem as mais diversas áreas de política pública, abrindo espaço para as próximas discussões.
5. *avaliação*, i.e., “processo de implementação e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou” (SECCHI, 2010, p.49).
6. *extinção das políticas públicas*, que ocorre quando o problema se resolve, quando se torna ineficaz ou quando o problema perde importância.

Esquemáticamente, apresento abaixo uma imagem que sumariza, com base em Secchi (2010), o Ciclo das Políticas Públicas.

**Figura 1- Ciclo das Políticas Públicas**



Fonte: Elaboração da autora com base em Secchi (2010).

## 2.2 Entendendo o que é Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica, por sua vez, é uma abordagem que, em linhas gerais, busca levar em consideração contribuições de outras áreas para analisar a linguagem como “parte irreduzível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE E RAMALHO, 2011,p.12).

É transdisciplinar, pois rompe as fronteiras epistemológicas, operacionalizando e transformando outras teorias em favor da abordagem sócio discursiva, e multidisciplinar, levando em consideração as contribuições teórico-metodológicas de diversos campos do saber.

Dentro do enquadre teórico e metodológico proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), é preciso salientar, os trabalhos que utilizam as bases lançadas pela Análise de Discurso Crítica sempre partirão da percepção de um problema como tal, geralmente baseado em relações de poder, de distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos em práticas sociais, na naturalização de discursos particulares como sendo universais, dado o caráter crítico da teoria/método. Porém, há sempre a possibilidade e o desejo da pessoa que conduz uma investigação em ADC de identificar os obstáculos para que o problema seja superado, ou seja, identificar os elementos da prática social que sustentam o problema verificado e que constituem obstáculos para a mudança estrutural.

Também de maneira esquemática, apresento abaixo uma imagem que sumariza, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999) o enquadre teórico-metodológico da ADC:

**Figura 2- Enquadre teórico-metodológico da ADC**



Fonte: Elaboração da autora com base em Barros (2015, p. 112) - Adaptado de Chouliaraki e Fairclough (1999), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989).

### 2.3 Síntese da Análise de Políticas Públicas Discursivamente Orientada



Percebo forte interface entre a conceituação de Pereira (2009) para Políticas Públicas e Sociais e a ADC. Ambas, ADC e Políticas Sociais, possuem como meta o endereçamento de um problema social visando não só à sua compreensão, mas, fundamentalmente, à sua superação. Percebo que ambas se filiam a uma ontologia que as situam como “prática teórica crítica porque se baseia na premissa de que situações opressoras podem mudar, ou melhor, podem ser mudadas, visto que são criações sociais e, como tal, são passíveis de serem transformadas socialmente” (RESENDE & RAMALHO, 2006, p. 12)

As estruturas sociais mantêm relações de poder, trazendo à tona o conceito de hegemonia. Gramsci (1978) afirma que o poder hegemônico é mantido por meio do consentimento da parcela subalterna da sociedade. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 24) explicam que esse “consentimento consiste em relações entre práticas, como questões de senso comum”. Para desvelar mecanismos que operam relações de dominação, utilizamos em ADC o conceito de ideologia (THOMPSON, 1995) como sustentáculo para a correlação de forças protagonizada pelas hegemonias.

Em síntese, proponho abaixo, cruzando Pereira (2009), Souza (2006) e a rearticulação proposta por Secchi (2010) com Chouliaraki e Fairclough (1999), tendo como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989) e a rearticulação proposta por Barros (2015), uma proposta de Análise de Políticas Públicas Discursivamente Orientada, com as seguintes etapas de articulação teórico metodológica:

1. *identificação do problema com ênfase social* com quatro questões importantes: a percepção do problema na prática de manutenção de estruturas ideológicas de subalternização de vidas; a delimitação do problema; e desejo de superação do problema com foco na mudança social.
2. *formação da agenda* tendo como parâmetro a identificação de obstáculos para que o problema seja superado (análise de conjuntura, práticas particulares e discurso)
3. *formulação de alternativas*, através da investigação do problema na prática
4. *tomada de decisão*, através da análise dos possíveis modos de ultrapassar obstáculos

5. *avaliação*, através da reflexão sobre a análise empreendida nos estágios anteriores e com base na efetividade da política.
6. *reestruturação das políticas públicas*, a partir da definição de novos problemas sociais decorrentes de novos processos sociais em curso.

Sintetizo a seguir como funcionariam as etapas dessa proposta de articulação:

**Figura 3- Análise de Políticas Públicas Discursivamente Orientada**



Fonte: Elaboração da autora

Essas etapas poderão ser úteis na operacionalização de trabalhos acadêmicos e práticos, como um norte para a formulação, avaliação, análise e implantação de políticas públicas. Pesquisas em ADC têm primado por observar



problemas na prática, mas, enquanto pesquisadora da área, entendo que podemos trazer contribuições pragmáticas que extrapolem o campo da pesquisa e da docência, alcançando as políticas de Estado e, naturalmente, trazendo um impacto social positivo prático que altere e transforme a sociedade.

Para a pesquisa em linha, pretendo dar um enfoque maior à formação da agenda tendo utilizado como parâmetro a identificação de obstáculos para que o problema seja superado (análise de conjuntura, práticas particulares e discurso). A conjuntura já foi brevemente explanada na primeira seção do artigo. Para a análise das práticas particulares e de discurso, focalizarei em analisar o papel da mídia na manutenção e reificação de papéis, discursos e estruturas sociais, tendo em consideração, conforme já anunciei anteriormente, a necessária distinção entre a agenda política da agenda formal (de Estado) e da mídia. Reitero que mesmo que conceitualmente elas se difiram, na prática uma interfere na formação da outra.

A mídia ainda possui um alcance populacional e uma hegemonia discursiva bastante relevante no contexto brasileiro, de forma geral. Digo ainda, pois novas formas de utilização de ferramentas de comunicação têm se consolidado hodiernamente, com a popularização de redes sociais e mídias alternativas não-impressas e digitais. Concordando com Cardoso e Vieira (2014), os meios de comunicação de massa são ainda responsáveis pela formação opinativa de seus públicos-alvo. De acordo com as autoras e com Fairclough (1995, p. 44-45), as representações em textos midiáticos, em geral, propagam as ideologias de forma implícita, utilizando uma linguagem intrínseca ao senso comum da sociedade em que esses textos são veiculados para reafirmar determinadas práticas sociais.

### **3. Gênero e sexualidade no discurso pedagógico**

Entendo que estudar gênero é uma forma de compreender as relações sociais a partir de conceitos e representações em práticas sociais desenvolvidas entre as pessoas. Como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes é uma das preocupações cerne das



pesquisas em que se tematiza o conceito de gênero à luz dos estudos do discurso e da compreensão ou juízo de valor que as pessoas têm sobre as outras a partir da anatomia sexual e conformação social. A negação de diferenças individuais, a imposição de um padrão e as representações sobre as atrizes/atores sociais são, também, objetos de estudos e análises. Entendo que nossa existência, formação, vivência e experiência humana é toda pautada e, de muitas formas, determinadas por questões de gênero e linguagem, conformando-se e sendo conformadores das identificações das pessoas em trânsito.

A corporeidade, e as questões a ela atreladas, assim, têm sido legitimadas nos discursos hegemônicos como restritamente biológica e natural, o que dissimula a sua constituição social como um marcador central para a distribuição na estratificação social (Berenice Bento, em DIAS, 2014). Todas as vivências do corpo e seus marcadores (pele, raça, sexo, a-normalidades e capacidades físicas e mentais, etnia, classe social, idade/geração) perpassam e constituem nossos agenciamentos como (re)produtores(as) de conhecimento, de relações de poder e de ação moral na vida social. Pessoas constituem-se nas vivências e experiências corporais que desenvolvem, o que não é de modo algum apenas um fato biológico, mas sim um processo social complexo e contínuo de produção de significados e normas sobre sexualidades, estilos de vida, performances, intersubjetividades, práticas, modos de ser, desejos, atitudes, negociados e (re) produzidos em lutas hegemônicas. Como acrescenta Gil (2002), é pelo corpo que experienciamos nossa materialidade nos tempos-espacos sociais de apropriação da cultura e de construções de intersubjetividades. Assim sendo, qualquer experiência corpórea dentro ou fora dos modelos sensorio-psíquicos-motores habituais que enclausuram o corpo nos modifica, nos (con)forma.

Para Preciado (2005), conforme Pereira (2008), o dispositivo da sexualidade atualmente funciona por meio da “sexopolítica”, que é a configuração dominante da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. O sexo (órgãos sexuais, práticas sexuais e códigos de masculinidade e feminilidade) e as tecnologias de normatização (fluxos de técnicas cirúrgicas, hormônios, fluxos de representação) das identidades sexuais são agentes do atual regime político de administração dos corpos e de controle e gestão da vida voltados para produzir a “normalidade” heterossexual, patriarcal e reprodutiva.





As regras discursivas da heteronormatividade produzem, segundo Pereira (2008, p. 505), performances de gênero (binárias, baseadas nas diferenças de sexo) que são reiteradas e citadas, obscurecendo a “multiplicidade, a plasticidade e a pluralidade de expressões que não podem se reduzir ao masculino e feminino”, ou aos tipos de agência/agenciamento definidos para cada um nessa compreensão binária. Por outro lado, o corpo não é um dado passivo de um biopoder, e a sexopolítica mostra-se também como o espaço de uma criação onde se sucedem e se justapõem homossexuais, movimentos feministas, transexuais, intersexuais, transgêneros. Nesse equilíbrio instável de criação e mudança, os agenciamentos desses corpos desestabilizam a heterossexualidade e a própria economia do poder, e “as tecnologias de normatização são ressignificadas abrindo espaço para resistências a práticas e estratégias heteronormativas” (PEREIRA, 2008, p. 505). Por certo, uma postura política e moral que visa superar relações de dominação sustentadas no controle do gênero e da sexualidade inclui o debate sobre a função do discurso na manutenção dessas assimetrias de poder.

Estudar gênero social é uma forma de compreender as relações sociais a partir de conceitos e representações em práticas sociais desenvolvidas entre as pessoas. Como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes, é uma das preocupações centrais das pesquisas em que se tematiza o conceito de gênero e a compreensão ou juízo de valor que as pessoas têm sobre as outras a partir da anatomia sexual e conformação social. A tentativa de anulação de diferenças individuais, a imposição de um padrão e as representações sobre agentes sociais são, também, preocupações de estudo.

Conforme Chouliaraki e Fairclough (1999, p.151), o dinamismo da ordem do discurso, capaz de gerar novas articulações de discursos, gêneros textuais e estilos, é que mantém a linguagem como um sistema aberto, mas também é “a fixidez da ordem do discurso que limita o poder gerativo da linguagem, impedindo certas conexões”. Assim, novas articulações de gêneros textuais, discursos e estilos de diferentes ordens do discurso também contribuem para a construção de significados socioculturalmente situados e negociados. Por isso, entende-se que o controle sobre as coisas na vida social (o saber sobre relações de gênero social e sexualidade) opera nas relações com/sobre as outras pessoas (nos poderes reguladores das diretrizes educacionais e curriculares) bem como



nas relações das pessoas consigo mesmas (nas relações éticas e identitárias como sujeitos morais atuando no mundo).

Tal processo social possibilita certas conexões, como entre os discursos biológico-higienista, moral-tradicionista, religioso-radical, terapêutico, e o discurso pedagógico, e impede outras, como as conexões entre os discursos dos direitos humanos, dos direitos sexuais, da abordagem emancipatória e *queer*, questionadoras dos processos de normatização da sexualidade, e o discurso pedagógico, nos termos das abordagens da educação sexual propostas por Furlani (2011).

A teorização sobre o dispositivo pedagógico, mencionada acima, pode nos auxiliar a refletir sobre como isso se processa em relação ao discurso midiático sobre fazeres pedagógicos, que se organiza em torno regras distributivas, recontextualizantes e avaliativas. Nas reflexões sobre o dispositivo de poder pedagógico, Bernstein (1996) propõe que o discurso pedagógico se organiza segundo três regras principais: distributivas, recontextualizantes e avaliativas.

De maneira bem simplificada, pelas regras

- *distributivas*, o discurso pedagógico exerce o controle simbólico e a distribuição social “do que é pensável”, ou “impensável”, e “de quem pode pensar sobre”, definindo e distribuindo, assim, os conhecimentos que podem/devem circular na escola;

- *recontextualizantes*, o discurso pedagógico articula dois discursos principais: o discurso instrucional, ou seja, das pedagogias da transmissão e aquisição de conhecimento, nos currículos explícitos; e o discurso regulador, das pedagogias da construção de relações sociais e da ordem, no currículo implícito, e

- *avaliativas*, opera-se a transformação do discurso pedagógico em prática pedagógica, definindo as formas e condições de transmissão e aquisição do conhecimento com base em tempos (idade), espaços (contextos) e textos (conteúdos) que são concretizados na escola.

O que se destaca no discurso pedagógico, para Chouliaraki e Fairclough (1999), é a sua propriedade recontextualizante, que desloca discursos de outras práticas e contextos originais e os realoca em sua própria prática, de acordo com seu princípio de distribuição,



focalização, transmissão, controle e reordenamentos seletivos, sujeitos a visões de mundo particulares e a interesses especializados ou políticos dos agentes recontextualizadores (MAINARDES e STREME, 2010).

São muitos os discursos, instituições, aparelhos, organizações, leis, regulamentos, decisões, medidas administrativas, conceitos científicos, enunciados, proposições filosóficas e morais que se articulam em torno das questões da sexualidade e da educação como estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles, nos termos de Foucault (2011, p. 246).

Em termos da problemática discutida aqui, o controle sobre os conhecimentos e os saberes acerca da sexualidade e das relações de gênero do discurso midiático sobre a escola com seu princípio recontextualizante (discursos) é mediado pelas ações e relações de poder entre/sobre docentes, estudantes, governo progressista, tendências políticas conservadoras, movimentos sociais etc., materializadas em documentos legais e currículos, representações da mídia e da sociedade civil explícitos e implícitos com poderes para regulamentar práticas (gêneros discursivos), assim como essas ações e relações entre/sobre pessoas pressupõem relações éticas consigo mesmo nas práticas e vivências identitárias e intersubjetivas, como ser moral que atua no mundo com seu corpo (estilos/ performances).

#### **4. Gênero textual notícia e a naturalização da “Ideologia de Gênero”<sup>3</sup>**

Para este trabalho, escolho analisar o gênero textual notícia. Na seção 2, falei brevemente sobre o papel da mídia na manutenção das ideologias. Além disso, articulando com os conceitos apresentados na seção anterior, trago que a mídia articula o que Bernstein (1996) propõe para o discurso pedagógico de maneira que tentarei analisar no presente trabalho. As regras distributivas, recontextualizantes e avaliativas estão em jogo quando

---

<sup>3</sup> Uma distinção importante, porém simples, deve ser evidenciada no título desta seção: conforme discuto em Gonzalez (2013; 2017) utilizo o termo “gênero” com duas denotações distintas- quando para me referir a um dos momentos do discurso como uma prática social, ele vem acompanhado do qualificador “textual”. Quando fizer parte dos estudos e análises sociais, darei preferência ao uso do termo “gênero social” como um diferenciador.



são formuladas e apropriadas pela representação midiática de temáticas afetas a Educação e Diversidade, conforme veremos.

No gênero textual notícia, os acontecimentos são narrados a partir de um posicionamento que aciona ou apaga vozes, potencializa ou deslegitima discursos, determinando, pois, na materialidade linguística, o posicionamento de um veículo de comunicação que pode, em grande medida, influenciar opiniões públicas sobre determinado assunto. Como exemplo, retomo a questão relativa ao material “Escola sem homofobia”. Frequentemente, em eventos e palestras para defensoras (es) de direitos humanos e minorias, pergunto à audiência quantas pessoas conhecem por essa alcunha o material elaborado pelo Governo Federal para formação continuada docente. Poucas pessoas manifestam conhecimento, mas, ao falar em “Kit Gay”, a plateia se estarrece. A mídia, nesse caso, foi (ir)responsável ao naturalizar uma representação discursiva potencialmente avaliativa e filiada a posições conservadoras e infundadas.

De acordo com Mota (2012, p. 208) notícias são articulações discursivas dos fatos narrados e, como tal, situam-se no campo da representação mediada por artimanhas linguísticas dos eventos, uma vez que a notícia é submetida a diversos processos que englobam “habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência”.

O recorte que sugiro para esse artigo é trabalhar com uma parte específica do gênero notícia, a saber: o título ou manchete. De acordo com Guimarães (1990), os títulos obedecem a uma noção de prioridade informativa: quais aspectos são mais relevantes para o conteúdo a ser apresentado, delineando a macroestrutura da notícia. Partimos das manchetes para decodificar a mensagem do restante do texto: “o título estabelece uma ligação catafórica com aquilo que se segue, induzindo a uma dada leitura do texto” (GUIMARÃES, 1990, p. 52). A ideia aqui é entender como o título de uma notícia pode carregar informações ideológicas, uma vez que é responsável por determinar o ângulo sob o qual a notícia será visualizada.

Aproveitando que falei em ideologia, é importante situar como a ADC entende o conceito e como ele será aplicado neste artigo enquanto categoria de análise. Seguirei o proposto por Thompson (1995), segundo o qual os sentidos ideológicos são aqueles que



servem em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de dominação. O autor propõe um rol de modos de operação de ideologia, além das estratégias simbólicas usadas nesses modos. O autor afirma que a ideologia é uma forma de controle social; as ideologias estabelecem e mantêm relações de poder, desviando a atenção das diferenças sociais, de modo a desmotivar um desejo de mudança.

Se há uma pretensão de superar relações de dominação, superar relações assimétricas de poder gerando uma emancipação dos e das que se encontram em situação de desvantagem, antes temos que desvelar as ideologias (RESENDE & RAMALHO, 2011). Assim como o poder simbólico, a ideologia é mais efetiva à medida que sua ação é mais invisível (FAIRCLOUGH, 1989).

Os sentidos veiculados em textos são classificados como ideológicos apenas se servem à universalização de interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação.

O autor parte de cinco modos gerais de operação da ideologia que possuem estratégias típicas de operação ou construção simbólica: (1) A *Legitimação* quando as relações de dominação são representadas como legítimas, e opera através da *Racionalização* (uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações), da *Universalização* (interesses específicos apresentados como gerais) e da *Narrativização* (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente); (2) A *Dissimulação*, opera através da *ocultação*, *negação* e *obscurecimento* de relações de dominação, com *Deslocamento* (contextual de termos e expressões), *Eufemização* (valorização positiva de instituições, ações ou relações) e *Tropo* (sinédoque, metonímia, metáfora); (3) A *Unificação*, opera através da construção simbólica de identidade coletiva, com a *Padronização* (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado) e *Simbolização da Unidade* (ou construção de símbolos de unidade de identificação coletiva); (4) A *Fragmentação* opera por segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante através da *Diferenciação* (ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) e *Expurgo do outro* (construção simbólica de um inimigo); por último, temos a (5) *Reificação*, como a retratação de uma situação transitória como permanente e natural, com a *Naturalização* (criação social e histórica como acontecimento natural),



*Eternização* (fenômenos sócio históricos apresentados como permanentes) e *Nominalização* ou *Passivação* (concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de sujeitos e ações) (THOMPSON, 2002; FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE E RAMALHO, 2006; 2011; e GONZALEZ, 2013, p.63).

Além dos modos de operação da ideologia, operarei a análise utilizando a categoria da representação de atores/atrizes sociais, sugerida por van Leeuwen (2008) e reinterpretada por Gonzalez (2017).

Embora normalmente a categoria analítica seja associada à análise textual ligada diretamente ao significado representacional (VIEIRA e RESENDE, 2016), ou seja revele aspectos e construções discursivas particulares, essa categoria é útil também para a compreensão da formulação dos processos de identificação, ou seja, a compreensão dos estilos, dizendo respeito também a apreciações ou perspectivas das pessoas que produzem os textos que serão analisados, de maneira mais ou menos explícita, sobre aspectos do mundo, complementando o uso da avaliatividade (HALLIDAY, 2014) para construir aquilo que é considerado bom ou ruim, desejável ou indesejável.

As maneiras como atores/atrizes sociais são representados(as) em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a elas e suas atividades, uma vez que podem ter sua agência ocultada ou enfatizada; podem ser representados(as) por suas atividades ou enunciados ou podem ser referidos(as) de modos que presumem julgamentos acerca do que são ou do que fazem, entre outros (VAN LEEUWEN, 1997).

A identificação de um discurso particular em um texto pode ser feita também pela identificação de que partes do mundo são representadas (os ‘temas’ centrais, ou as manchetes que analisarei) e a partir de que perspectiva particular são representadas, por exemplo, por meio da seleção lexical, ou seja, da escolha de palavras dentre as várias possibilidades, e dos padrões de colocação (co-ocorrência) de palavras, isto é, quais palavras precedem e sucedem qualquer palavra que esteja em análise.

No caso do dispositivo pedagógico, o que está em jogo é o controle simbólico e a distribuição social do que é definido e legitimado como conhecimento sobre “sexualidade” e “gênero”, articulando o discurso midiático, instrucional e o regulador na prática pedagógica.



van Leeuwen (2008) sistematiza algumas realizações sócio semânticas de representação de atores/atrizes sociais em textos, sob uma perspectiva representacional, que alargarei para a perspectiva identificacional, conforme sugerido em Gonzalez (2017, p.54), para investigar quais elementos dos processos e eventos sociais (formas de ação, semiose, pessoas, relações sociais, objetos, meios, tempos, espaços) estão incluídos nas representações particulares em textos e nas identificações através de estilos: quais dos processos, pessoas, circunstâncias que participam de processos/eventos sociais são excluídos, incluídos, articulados, relacionados, aos quais é dada maior importância, etc.

Com base em van Leeuwen (1997), Pardo Abril (2013, p. 161) propõe que esse é um processo de transformação discursiva: “o fenômeno sociodiscursivo pelo qual um conjunto de recursos linguísticos permite construir ou eliminar um ator social ou um discurso específico”, por meio de estratégias discursivas fundamentais como supressão, colocação em segundo plano, ativação, passivação, personalização, impersonalização etc.

Antes de passar à análise, cumpre esclarecer a disputa em torno do uso do termo “ideologia de gênero”. De acordo com Lionço et. al (2018, p. 1) a “ideologia de gênero” tem sido o principal argumento de fundamentalistas e extremistas conservadores (as) para a ofensiva contra direitos sexuais (e de gênero, acrescentaria) no Brasil, com ênfase para o cerceamento da educação sobre gênero e sexualidade nas escolas. A esse fenômeno as (os) pesquisadoras (es) dão a alcunha de ofensiva antigênero.

Quando se fala em “ideologia de gênero” fala-se em um dispositivo retórico que mobiliza uma estratégia reacionária apoiada em preceitos doutrinários de fé religiosa para paralisar o debate público democrático, promovendo uma cruzada moral antigênero (LIONÇO et. Al, 2018, p. 2).

Junqueira (2018) propõe que a “teoria/ideologia” de gênero carece de legitimidade acadêmica, consistindo no reducionismo de um campo complexo de estudos a uma suposta conspiração global antifamília e antinatureza humana. Tal como proposto, o sintagma “teoria/ideologia de gênero” reúne um conjunto de rótulos políticos que se prestam mais à mobilização política do que à análise crítica da realidade social em sua complexidade e diversidade.



Acrescento que o termo ideologia, de acordo com Thompson (1995), filia-se a estudos críticos de base marxista e pode assumir uma acepção ou negativa ou neutra. Utilizada para formação do sintagma preposicionado “ideologia de gênero” constitui-se de uma co-ocorrência com a resemantização do termo “ideologia”, de base crítica, associado a outro termo de base crítica decorrente dos estudos feministas, o termo gênero, gerando como síntese semântica algo que, por sequestro epistemológico está sendo relexicalizado. Daí, fica fácil compreender por que Junqueira (2018) afirma que teoria/ideologia” de gênero carece de legitimidade acadêmica, consistindo no reducionismo de um campo complexo de estudos a uma suposta conspiração global antifamília e antinatureza humana, visto que é nesses contextos discursivos que essa nova chave conceitual é utilizada. Naturalizar esse uso é aceitar sua inteligibilidade e aceitabilidade social, consistindo, portanto, em (ir)responsabilidade da mídia usar deliberada e naturalizadamente termo que é infundado.

Segundo Fairclough (2003, p. 213), relações semânticas de co-ocorrência (*collocations*, no original) são padrões mais ou menos habituais de co-ocorrência entre palavras. O autor aponta como exemplo no inglês o termo “*poor old*”, que é uma combinação frequente de duas palavras que assumem um significado e é mais frequente que “*poor young*”, por exemplo. Auxiliam, conforme apontado por Pardo Abril (2013, p. 123), “a explicar os modelos de contexto, já que as expressões predecessoras e sucessoras portam conhecimento sociocultural, crenças, opiniões e emoções sobre o que se representa, e, nessa medida, permitem reconhecer relações entre discurso e os condicionamentos sociais que determinam o tema em foco”. Veremos como o termo chave tem sido naturalizado e como as representações sobre diversidade em currículos escolares aparecem em representações midiáticas nas análises que seguem.

## **5. Mídia e Política Pública Educacional: Análise Discursivo e Crítica**

Compõem o *corpus* dessa análise quatro títulos/manchetes de diferentes jornais eletrônicos, a saber: Gazeta do Povo, Estado de São Paulo, Portal Nexo e Folha de São Paulo. A data das notícias configura-se também como explicação para a seleção desses textos para análise: foram todas publicadas no dia 06 de dezembro de 2017, data da publicação da terceira versão da base de Ensino Infantil e Ensino Fundamental aprovada pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo MEC. A escolha para os



veículos se deu com base em pesquisa de matérias publicadas com manchetes em destaque na data justificada anteriormente. Só foram encontradas manchetes destacadas publicadas por esses quatro veículos de mídia eletrônica, muito embora não tenha sido feito levantamento de mídia impressa, o que poderia ampliar o *corpus*, porém alterar a natureza dos dados e das análises.

Conforme discutido na seção 1 deste artigo, uma série de discussões anteciparam a publicação da terceira versão da base, especificamente polêmicas envolvendo a menção a questões afetas à diversidade sexual e de gênero no texto. Com a justificativa de que a temática de gênero provocara muita controvérsia, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu da terceira versão os termos “gênero” e “orientação sexual”, publicada justamente na data da veiculação das notícias selecionadas para análise neste artigo. Passemos à análise das práticas particulares e de discurso.

## A ideologia de gênero perde espaço na BNCC

O governo demonstrou sensatez e elaborou uma nova – a quarta – versão da BNCC, em que foram removidas pelo menos dez menções a questões de gênero

Figura 4- Título e subtítulo de notícia veiculada no dia 06 de dezembro de 2017 pelo jornal Gazeta do Povo, em seu portal de notícias<sup>4</sup>

O jornal Gazeta do Povo, sediado em Curitiba, no Paraná, desde fevereiro de 1919, traz em sua manchete de forma topicalizada e naturalizada o sintagma preposicionado “ideologia de gênero”. A topicalização funciona como uma forma de personalização e ativação do sintagma, que recebe protagonismo na sentença. A ativação vem seguida do processo “perder”, processo material com potencial avaliativo negativo e que aciona um pressuposto: o de que antes a “ideologia de gênero” possuía um espaço.

Ao topicalizar, agentivar e personalizar a “ideologia de gênero”, o jornal utiliza-se também de tropo, ou a construção metafórica de um ente animado que seria a entidade

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/aideologia-de-genero-perde-espaco-na-bncc-1f34xoiu62iqo2ejn2t5xorq9/> Acesso em: 08 de out. 2019.



semântica “ideologia de gênero”. Do ponto de vista do dialogismo e da negociação de valores e crenças, o jornal Gazeta do Povo trabalha com a noção de inteligibilidade, também acionando o pressuposto de que o público leitor sabe do que está falando.

Há um outro avaliador importante que aparece no título auxiliar, localizado logo abaixo do título principal, cuja função textual é complementar a compreensão do título principal com informações adicionais. Trata-se do avaliador “sensatez”, que funciona como qualificador da demonstração dada ao ator social “governo”. O governo, esse ente generalizado, unificado e ativado também por processo de personalização, é avaliado positivamente como um ente sensato. De acordo com o dicionário Ferreira (1986), sensatez refere-se “à ponderação ao tratar de assunto delicado ou difícil; prudência, precaução”, i.e., um atributo qualificador positivo que também carrega o pressuposto de que a temática em linha é complexa e de difícil resolução. Por estratégia de expurgo, verificamos que a “ideologia de gênero” perde nessa metáfora de guerra (GONZALEZ, 2017) a disputa para o “sensato” governo.

Compõem o campo semântico da perda também a locução processual “foram removidas” que se configura como um processo de passivação que oculta o sujeito do processo. O que se nota através da análise discursiva, é que o jornal opta por generalizar a ação governamental como um todo apreensível que expurga a “ideologia”, numa correlação de forças que coloca em disputa entidades de natureza distinta: governo X “ideologia de gênero”.

## **Base Curricular inclui temas como gênero e sexualidade em área de ensino religioso**

Novo documento, que será votado nesta quinta pelo Conselho Nacional de Educação, prevê que esses temas sejam discutidos segundo 'diferentes tradições religiosas e filosofias de vida'

Figura 5- Título e subtítulo de notícia veiculada no dia 06 de dezembro de 2017 pelo jornal O Estado de São Paulo, em seu portal de notícias<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral.base-curricular-inclui-temas-como-genero-e-sexualidade-em-area-de-ensino-religioso,70002110265> Acesso em: 08 de out. 2019.



O Jornal Estado de São Paulo, sediado, como seu nome indica, na cidade de São Paulo desde 1875, traz em sua manchete de forma topicalizada e naturalizada o agente “Base Curricular”. A Base é, portanto, agentivizada e personalizada, o que retira de cena, através de apagamento de ator social, outras entidades governamentais que poderiam figurar no processo de inclusão que a sentença menciona (como o governo, na figura do Ministério da Educação ou do próprio Ministro).

Aqui o evento social é representado por inclusão, através da seleção lexical do processo material em tempo presente “inclui”. A “Base” de forma agentiva teria incluído temas de gênero e sexualidade em área de Ensino Religioso. O potencial semântico que o processo “inclui” aciona é de que um agente incorpora algo a outra coisa preexistente, ou seja, o ensino religioso é o dado e a sexualidade e gênero o novo.

O que essa sentença traz de possibilidade interpretativa é uma fusão das temáticas da diversidade às temáticas religiosas. Do ponto de vista dos campos discursivos, embora eles sejam diferentes, a manchete trabalha com o pressuposto de que um inclui-se ao outro, formando uma nova síntese em que seria passível gênero e sexualidade figurarem no rol de temáticas “discutidas” segundo “diferentes tradições religiosas e filosofias de vida”.

Percebemos que a interdiscursividade serve para articular discursos distintos fundindo-os. Diferentemente da primeira manchete analisada, que coloca o governo como protagonista e as questões de gênero como antagonistas, ou como um vilão a ser expurgado, a estratégia linguístico discursiva do Estado de São Paulo é a de naturalizar e universalizar as temáticas de gênero e sexualidade como campos discursivos semelhantes e subordinados a campos discursivos filosóficos-religiosos. Desconsidera-se, portanto, a conjuntura na qual foi produzida a manchete, que aponta para constantes disputas entre campos político-sociais conservadores e progressistas, o primeiro protagonizado por fundamentalistas religiosos (as) que consideram e afirmam ser gênero e sexualidade manifestações ideológicas de corrupção da juventude (MIGUEL, 2016).



## Como a omissão do termo ‘gênero’ na base curricular afeta os livros didáticos

Segundo consultora educacional, editoras têm se esforçado para se adequar às mudanças do governo e evitar críticas conservadoras

Figura 7- Título e subtítulo de notícia veiculada no dia 06 de dezembro de 2017 pelo portal de Notícias Nexo<sup>6</sup>

O Jornal Nexo é a única, entre as mídias analisadas, que produz conteúdo exclusivamente digital. Foi fundado em 2015 por três jornalistas e sua sede é também em São Paulo. Chama atenção que das 4 manchetes analisadas é a única que não topicaliza atores/atrizes. A manchete do Nexo começa com um circunstancializador, ou um advérbio interrogativo, “como”. A interrogação fecha a diferença ou aciona a voz e reflexão da pessoa leitora, estimulando o dialogismo. Ao invés de optar por sentenças pouco modalizadas e assertivas, o Nexo convida quem lê a refletir sobre o tema.

Há uma Nominalização na escolha do termo “omissão”. A Nominalização, como sabemos (Fairclough, 2003, Ramalho & Resende, 2006; 2011, Thompson; 2002), oculta/apaga o sujeito da ação. Ficamos sem saber, pois, quem oculta e por que faz isso, além de haver um pressuposto da conjuntura que acompanha o fato.

O único processo na sentença é “afeta”. Sabemos que a omissão da temática afeta, ou seja, há uma avaliação negativa do processo, mas o impacto é sentido por “livros didáticos” não por pessoas. A preocupação da manchete é com coisas, não com agentes. Quando falamos em gênero e sexualidade, estamos falando de vidas, performances, corpos e subjetividades que, claro, são atravessadas por discursos presentes em livros e outras materialidades linguísticas, mas que devem ser o foco da preocupação quando falamos e refletimos sobre a temática.

A única pessoa mencionada no exceto, em seu subtítulo, aciona o discurso de autoridade de uma “consultora educacional”, segundo a qual, há um esforço de editoras

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/10/Como-a-omiss%C3%A3o-do-termo-%E2%80%98g%C3%AAnero%E2%80%99-na-base-curricular-afeta-os-livros-did%C3%A1ticos>  
Acesso em: 08 de out. 2019.



para se adequarem às mudanças do governo de modo a “evitarem críticas conservadoras”. Aqui, percebemos que há uma naturalização das imposições promovidas pelo governo e a mídia não assume um tom crítico, senão o de resignação submissa às mudanças, palavra que não traz potencial avaliativo negativo. Ao escolher acionar a voz de uma autoridade, o Nexso responde ao dialogismo aberto na sentença inicial da manchete, respondendo, a partir da voz da “consultora educacional” que editoras devem se adequar a fim de evitar críticas.

Kress e van Leeuwen (1996) chamam atenção para o fato de que, em representações e interação, há uma relação assimétrica entre as pessoas que escrevem ou produzem os textos e as pessoas que recebem ou os consomem. Ou seja, a voz da consultora fecha o dialogismo e indica que se deve naturalizar mudanças e adequar-se a elas, uma incorporação e adesão da mídia à mitigação e remoção das temáticas de gênero e sexualidade de políticas educacionais.

## **Governo Temer esvazia gênero na base curricular e mistura tema com religião**

Figura 6- Título e subtítulo de notícia veiculada no dia 06 de dezembro de 2017 pelo jornal O Folha de São Paulo, em seu portal de notícias<sup>7</sup>

O Jornal Folha de São Paulo, sediado, como seu nome indica, na cidade de São Paulo desde 1921, é o primeiro entre os veículos analisados a trazer um ator social que é agente e pessoa do governo, através do sintagma “Governo Temer”. À época, Temer exercia a presidência da República, assumindo interinamente após um processo controverso de impedimento da Presidenta Dilma Rouseff. O processo representado em tempo presente é “esvazia”. Metaforicamente, o termo esvaziar carrega potencial semântico de retirada que diminui e desocupa algo, para dar lugar (ou não) a outra coisa.

Ao optar por essa escolha lexical, a Folha articula discursos de conjuntura, pois assume o pressuposto de que leitoras (es) sabiam da presença das temáticas na Base e

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/12/1940989-governo-temer-esvazia-genero-na-base-curricular-e-mistura-tema-com-religiao.shtml> Acesso em: 08 de out. 2019.



também há a possibilidade interpretativa de uma avaliação negativa, uma vez que o termo “esvazia” carrega potencial avaliativo negativo. O outro processo que aparece na sentença é “mistura”. Também de caráter metafórico, misturar é um processo cuja carga semântica aciona a interpretação da mitigação e da retirada do protagonismo.

Como o processo anterior (esvaziar) aciona o pressuposto do contexto, podemos interpretar que “misturar” figura como uma metáfora visual com potencial avaliativo negativo, uma vez que aparece em um fluxo de construção sintática processual de perda de força. Primeiro esvazia-se e depois mistura-se.

Das quatro manchetes analisadas, essa foi a única que não apareceu com texto auxiliar (ou subtítulo/submanchete) o que aumenta a força da enunciação, que dispensa complemento. A manchete também não faz uso de termos como “ideologia de gênero”, não reforçando essa associação.

## **6. Considerações provisórias e sugestões de novas empreitadas de pesquisa**

Objetivou-se, com a elaboração deste artigo, articular temáticas afetas à Educação em/para Direitos Humanos, Juventude, Infância, Diversidade e Políticas Públicas para as áreas, focalizando, especialmente, as representações midiáticas sobre a presença dos temas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Apresentei os conceitos de Políticas Públicas e Políticas Sociais, as etapas de formulação de agenda e avaliação, um esforço teórico por uma síntese de proposta metodológica de Análise de Políticas Públicas Discursivamente Orientada com a finalidade de analisar o controle da agenda de políticas públicas curriculares que versem sobre gênero, sexualidade e diversidade pela mídia.

Selecionei quatro manchetes de jornais de mídia hegemônica eletrônica. Percebemos que alguns trazem o sintagma preposicionado “ideologia de gênero” de maneira naturalizada discursivamente, evidenciando, entre outras coisas, uma adesão da mídia hegemônica a discursos neo-conservadores e circunstancializadores de políticas educacionais para infâncias e juventudes. Mesmo os que não trazem o sintagma preposicionado “ideologia de gênero”, como o caso do jornal Nexa, aderem aos discursos neo-conservadores ao acionarem a voz de autoridade que sugerem uma aceitação das



mudanças empreendidas na redação da BNCC a fim de mitigar possíveis críticas conservadoras.

Chamou atenção o fato de a Folha de São Paulo optar por identificar o governo de forma topicalizada e por acionar o pressuposto do contexto com a escolha dos processos metafóricos “esvaziar” e “misturar”. Das quatro manchetes analisadas, essa foi a única que não apareceu com texto auxiliar (ou subtítulo/submanchete) o que aumenta a força da enunciação, que dispensa complemento, também o fato de a manchete não fazer uso de termos como “ideologia de gênero”, não reforçando essa associação.

Conclui-se que há possibilidades de representação midiática crítica e que se oponha à agenda conservadora em curso. Escolhas linguístico-textuais são escolhas políticas e a linguagem em uso pode contribuir, reforçar e aderir a políticas pouco emancipatórias ou abrir caminho para a mudança social e uma reflexão engajada e ancorada em práticas sociais éticas e transformadoras.

Por fim, um dos maiores esforços que enseja-se com este artigo é articular avaliação, gestão e proposição de políticas públicas com a análise da linguagem como prática social. O enquadre sugerido e apresentado aqui pode e deve servir de esteio a pesquisas que pretendam avaliar, gerir e propor políticas públicas e sociais, não só para as áreas da diversidade, da infância e da adolescência, mas para áreas prioritárias para a construção de uma sociedade mais justa e para uma transformação social com impactos positivos em populações vulneráveis.

## Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013.

BARROS, Solange Maria de. *Realismos crítico e emancipação humana*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

BHASKAR, Roy. *Scientific realism and human emancipation*. London: Verso, 1986.

\_\_\_\_\_. *The possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em 08 out. 2019.



BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, p. 475-497, Dec. 2014. Available from . Acesso em 14 out de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430475>.

DOMINGOS, Cleverson. Gênero, sexualidade e diversidade nas políticas educacionais: um mapeamento preliminar das ações e documentos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2011-2014). In: Iracilda Pimentel Carvalho; Fabrício Santos Dias de Abreu. (Org.). *Diversidade no contexto escolar: problematizações a partir dos marcadores de gênero, sexualidade e raça*. 1ed.Curitiba: Appris, 2016, v. 1, p. 119-138.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Tradução de Izabel Magalhães (Coordenadora da Tradução). 2. ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].

\_\_\_\_\_. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.

\_\_\_\_\_. *Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica*. Tradução de Iran Melo. *Linha d'Água*, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

\_\_\_\_\_. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. /Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011[1979].

GIL, José. O Corpo Paradoxal. In: LINS, Daniel; GADELHA, Sylvio (Orgs.). *Nietzsche e Deleuze: que pode o corpo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/04/22/o-corpo-paradoxal-jose-gil/>.

GONZALEZ, Carolina. *Identidade de gênero no espaço escolar: possibilidades discursivas para a superação da heteronormatividade*. Tese (Doutorado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33952/1/2017\\_CarolinaGon%C3%A7alvesGonzalez.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/33952/1/2017_CarolinaGon%C3%A7alvesGonzalez.pdf) Acesso em 08 de outubro de 2019, 11h38.

GONZALEZ, Carolina Gonçalves; VIEIRA, Viviane Cristina. A mulher como alvo de campanhas publicitárias: uma análise semiótico-social das campanhas Nesfit, da Nestlé.





*Linguagem em (Dis) curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 15, n. 3, p. 347-365, set./dez. 2015.  
<http://www.scielo.br/pdf/ld/v15n3/1518-7632-ld-15-03-00347.pdf>.

GONZALEZ, Carolina Gonçalves. *Identidade de gênero no espaço escolar: o empoderamento feminino através do discurso*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15262/1/2013\\_CarolinaGoncalvesGonzalez.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15262/1/2013_CarolinaGoncalvesGonzalez.pdf). Acesso em: 14 de outubro de 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HALLIDAY, Michael. *An introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário políticodiscursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. 2018.

LIMA, Iana Gomes e HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. vol.45 São Paulo 2019 Epub Aug 15, 2019.

LIONÇO, Tatiana, ALVES, Ana Clara., MATTIELLO, Felipe, & FREIRE, Amanda Machado. “Ideologia de gênero”: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Psicologia Política*, 18(43), p. 599-62. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MAINARDES, Jefferson e STREME, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. *Revista Teias*, v. 1, n. 22, p. 31-54, maio/agosto 2010. Disponível em: <http://periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/viewFile/575/580>. Acesso em 08 out. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, vol. 7, núm. 15, 2016, pp. 590-621.

MOTA, Célia. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (Org.). *Jornalismo e sociedade: teorias e metodologias*. Florianópolis: Insular, 2012, p. 205-217.

NASCIMENTO, Maria Livia e CHIARADIA, Cristiana da França. A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida. *Sisyphus Journal of Education*. Volume 5, issue 01, 2017, pp.101-116.



PARDO ABRIL, N. *Como hacer análisis crítico del discurso*. Una perspectiva latinoamericana. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas In *Política Social: temas & questões*, Capítulo V, pp. 163-214. 25 de setembro, 2009.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer. *Interface*. Botucatu, v. 12, n. 26, p. 499-512, Sept. 2008. Acesso em 14 out 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832008000300004>.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Multitudes queer*: notes por une politique des normaux. *Multitudes*, v.2, n.12, p.17-25, 2005.

RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica*: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina-CES, 2009. p. 23-73.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas*: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEDF. *Currículo em Movimento da Educação Básica*. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/curriculo-em-movimento-da-educacao-basica/>. Acesso em: 08 de out. 2019.

SILVA, Cristiane Gonçalves e LIONÇO, Tatiana. Temas perigosos para a educação? Juventudes, instituições de ensino, gênero e sexualidades. *Inter-Ação*, Goiânia, v.44, n.1, p. 180-195, jan./abr. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v44i1.48959>>.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas*: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-44, jul./dez. 2006.

THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra O gênero nas políticas públicas de educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso (para a) Crítica*. Campinas, SP: Editora Pontes, 2011.